

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.481.696 - MT
(2019/0096760-1)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
**AGRAVANTE : COOPERATIVA DE CREDITO DE EMPRESARIOS - SICOOB
EMPRESARIAL MT**
**ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO MALUF PEREIRA E OUTRO(S) -
MT010407**
CLARISSA LOPES DIAS - MT012335
AGRAVADO : RAUBER TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS E/OU INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO. ACÓRDÃO QUE DEFERE MEDIDA LIMINAR. RECURSO ESPECIAL. INCABÍVEL.

1. Ação de busca e apreensão.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. O reexame de fatos e provas e interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis.
4. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
5. Não cabe recurso especial contra decisão que defere ou indefere medida liminar. Inteligência da Súmula 735 do STF.
6. Reconsidero decisão. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

DECISÃO

Em virtude das razões apresentadas no agravo interno de fls. 663/669 (e-STJ), reconsidero a decisão de fls. 648/649 (e-STJ) e passo a novo exame do agravo recurso especial interposto pela COOPERATIVA DE CREDITO DE EMPRESÁRIOS - SICOOB EMPRESARIAL MT, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e/ou "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 08/02/2019.

Concluso ao gabinete em: 04/11/2019.

Ação: de busca e apreensão ajuizada pela agravante em face de RAUBER TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA.

Decisão interlocutória: revogo parcialmente a liminar deferida.

Acórdão: negou provimento ao recurso interposto pela agravante, conforme a seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - REVOGAÇÃO PARCIAL DA ORDEM LIMINAR DE APREENSÃO EM RELAÇÃO AO BEM MÓVEL OBJETO DE EMBARGOS DE TERCEIRO EM RAZÃO DA PROLAÇÃO DE SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO NOS EMBARGOS - AUSÊNCIA DE ÓBICE A REVOGAÇÃO PARCIAL DA ORDEM LIMINAR - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Proferida sentença nos autos dos embargos de terceiro, o efeito suspensivo atribuído em razão do seu ajuizamento não subsiste, de modo que inexistente óbice legal a impedir a revogação da ordem de busca e apreensão e o regular processamento dos autos em apenso.

Embargos de Declaração: opostos pela agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 66, § 10, da Lei 4.728/65 (com a redação do art V do Dec. Lei 911/69), 19, IX c/c 122 do Código de Trânsito Brasileiro e 1.022 do CPC, bem como dissídio jurisprudencial. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta que: a) "é incontroverso que o titular de domínio do veículo sub judice é o Sr. JERÔNIMO CARLOS FERREIRA, e, por esta razão, somente ele poderia oferecer o veículo *subjudice* em garantia fiduciária"; b) "documento de fls. 44 dos autos de busca e apreensão já deixava claro que o gravame da alienação fiduciária já constava no registro do veículo em questão, inclusive, como inclusão em 10/01/2007, ou seja, anterior as datas das ações mencionadas; d) para a validade do gravame vale o registro no RENAVAM e, não a anotação do Departamento Estadual de Trânsito; e e) "a Recorrente procedeu sim com o registro do gravame da alienação fiduciária sobre o veículo em questão, inclusive, informado pelo próprio DETRAN, como já demonstrado nos autos e

agora novamente".

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca do pedido que engloba a determinação para a baixa do gravame da alienação fiduciária, de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

- Do reexame de fatos e provas e da interpretação de cláusulas contratuais

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à análise dos documentos acostados aos autos, quanto às condutas das partes, a respeito da propriedade do bem, exige o reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

- Da divergência jurisprudencial

A incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 1215736/SP, 4ª Turma, DJe de 15/10/2018.

- Não cabimento de recurso especial contra decisão que antecipa tutela (Súmula 735/STF)

A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido que, quando se trata de recurso especial interposto contra medida que concede ou indefere tutela antecipada, seu objeto deve focar nas condições legais de sua concessão. Nesse sentido: AgInt no Aresp 1.248.498/SP, 3ª Turma, DJe de 29/06/2018; e AgInt no Aresp 980.165/BA, 4ª Turma, DJe 09/02/2018.

Considerando a precariedade da decisão que antecipou os efeitos da tutela, que podem ser alterados no momento em que for prolatada a sentença, desaconselha-se o conhecimento e julgamento de recursos especiais que versem sobre o tema.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora